

## II.ASPECTOS LEGAIS



### **EIV - OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA DA REGIÃO DO PORTO DO RIO**

## II. Aspectos Legais

### 1. Atendimento à Legislação

A legislação contida neste capítulo serviu de referência para a elaboração deste relatório e é abordada nos âmbitos federal, estadual e municipal.

### 2. Atendimento ao Estatuto da Cidade

A Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio atende aos dispositivos estabelecidos no artigo 33 do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 1614, que são os seguintes:

I - Definição da área a ser atingida: A delimitação da área abrangida pelo projeto está descrita no item – Localização do Empreendimento na Caracterização do Empreendimento nesse estudo. Além disso, no anexo I na Lei Complementar Municipal do Rio de Janeiro nº 101, de 23 de novembro de 2009, está descrito o limite da área de especial interesse urbanístico.

II - Programa básico de ocupação da área: Está previsto no Capítulo I da Lei Complementar Municipal do Rio de Janeiro nº 101, no inciso IV (§ 1º) – “*Promoção do adequado aproveitamento da estrutura urbana existente*” e no inciso IX (§ 2º) – “*Promover a Habitação de Interesse Social e o atendimento à população residente em áreas de objeto de desapropriação*”.

III - Programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação: Está previsto no inciso III (§ 1º) – “*Atendimento econômico e social da população diretamente afetada*”.

IV - Contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados: Está determinado na Seção VI da Lei Complementar Municipal do Rio de Janeiro nº 101, “Da contrapartida dos Proprietários e Investidores”.

V - Finalidades da operação: Segundo o Artigo 2 do Capítulo I da Lei Complementar Municipal do Rio de Janeiro nº 101, “*A Operação Urbana Consorciada tem por finalidade promover a reestruturação urbana da AEIU, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região.*”

VI - Estudo prévio de Impacto de Vizinhança: Está previsto na Seção V, no Art. 35. da Lei Complementar Municipal nº101: “A implantação da Operação Urbana Consorciada está sujeita à prévia elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV para a implantação dos usos, em função dos impactos gerados no meio ambiente natural e construído, no patrimônio histórico, cultural e paisagístico.”

VII - Forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil: O Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº101 institui o Conselho Consultivo da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio, estabelecendo que três representantes da sociedade civil, entre outros, serão escolhidos pelos demais integrantes do Conselho, com mandato de três anos.

### 3. Legislação Aplicável

A legislação aplicável foi contemplada neste relatório está apresentada na Tabela 1.

**Tabela 1.** Aspectos Legais de referência para o estudo.

Âmbito	Aspecto Legal	Data de publicação	Assunto	Disposição
Federal	Artigo 225º da Constituição Federal	05/10/1988	Referências Constitucionais sobre o Meio Ambiente	Trata do meio ambiente, seu conceito, a legislação ambiental brasileira e a tutela constitucional do meio ambiente.
Federal	Título VII e VIII da Constituição Federal	05/10/1988	Ordem econômica e financeira e Aspectos Sociais	Seleção de Trechos relacionados à Política Urbana e à Municipalidade, citados no Código de Obras do Município do Rio de Janeiro.
Federal	Constituição Federal (Artigos Referentes ao Patrimônio Cultural Brasileiro)	05/10/1988	Patrimônio Cultural Brasileiro	Artigos que dispõe sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro (Art. 5, 20, 23, 24, 30, 170, 215, 216, 220, 221, 225).
Federal	Lei nº 3.924	26/07/1961	Arqueologia	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
Federal	Lei nº 6.938	31/08/1981	Política Nacional de Meio Ambiente	Dispõe sobre a política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
Federal	Lei nº 7.347	24/07/1985	Direitos Difusos	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e dá outras providências.

Âmbito	Aspecto Legal	Data de publicação	Assunto	Disposição
Federal	Lei nº 7.804	18/07/1989	Política Nacional de Meio Ambiente	Altera a Lei nº 6938 de 31/08/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação.
Federal	Lei nº 9.605	12/02/1998	Lei de Crimes Ambientais	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
Federal	Lei nº 9.795	27/04/1999	Política Nacional de Educação Ambiental	Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
Federal	Lei nº 10.257	10/07/2001	Estatuto da Cidade	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Define EIA e EIV como instrumentos gerais da Política Urbana e dispõe sobre Operações Urbanas Consorciadas.
Federal	Decreto nº 6.514	22/07/08	Condutas lesivas ao meio ambiente	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.
Federal	Decreto n.º 24.643	10/07/1934	Código Nacional das Águas	Decreta o Código Nacional das Águas, permitindo ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento das águas.
Federal	Resolução CONAMA nº 001	23/01/1986	Avaliação de Impacto Ambiental	Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
Federal	Resolução CONAMA nº 001	8/03/1990	Poluição Sonora	Estabelece padrões, critérios e diretrizes a serem obedecidos pela emissão de ruídos.
Federal	Resolução CONAMA nº 008	06/12/1990	Padrão de Emissões Atmosféricas	Estabelece limites máximos de emissão de poluentes do ar para processos de combustão externa em fontes novas fixas.
Federal	Resolução CONAMA nº 237	19/12/1997	Sistema de Licenciamento Ambiental	Dispõe sobre a revisão de procedimentos e critérios utilizados pelo Sistema de Licenciamento Ambiental. Estabelece conceito sobre Impacto Ambiental.
Federal	Resolução CONAMA nº 281	12/07/2001	Publicação de Licenciamento	Dispõe sobre o estabelecimentos de modelos simplificados de publicação dos pedidos de licenciamento, sua renovação e concessão pelos órgãos competentes.
Federal	Resolução CONAMA nº 307	05/07/2002	Resíduos de Construção Civil	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Âmbito	Aspecto Legal	Data de publicação	Assunto	Disposição
Federal	Resolução CONAMA nº 357	17/03/2005	Efluentes	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
Federal	Resolução CONAMA nº 382	26/12/2006	Padrão de Emissões Atmosféricas	Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.
Federal	Resolução CONAMA nº 420	28/12/2009	Gerenciamento de Áreas Contaminadas	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
Federal	Portaria IPHAN nº07	01/12/1988	Arqueologia	Estabelecer os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstas na Lei n.º 3.924, de 26/07/1961.
Federal	Portaria IPHAN nº 230	17/12/2002	Arqueologia	Dispõe sobre a necessidade de estudos de arqueologia em licenciamentos capazes de afetar o patrimônio arqueológico e dá outras providências.
Estadual	Constituição Estadual	5/10/1989	Ordem Econômica Financeira e Meio Ambiente	Garantir que o Estado e os Municípios atuem no sentido da realização do desenvolvimento econômico e da justiça social, assegurando a elevação do nível e qualidade de vida e o bem-estar da população.
Estadual	Lei nº126	10/05/1977	Poluição Sonora	Dispõe sobre a proteção contra a poluição sonora no Estado do RJ.
Estadual	Lei nº 3.239	02/08/1999	Recursos Hídricos	Institui a política estadual de recursos hídricos; cria o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos e dá outras providências.
Estadual	Lei nº 3.325	17/12/1999	Educação Ambiental	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política estadual de educação ambiental, cria o programa estadual de educação ambiental.
Estadual	Decreto-Lei nº 134	16/06/1975	Prevenção e Controle da Poluição no Meio Ambiente	Dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente no Estado do RJ e dá outras providências.
Estadual	Decreto-Lei nº 247	21/07/1975	Segurança contra incêndio e pânico	Dispõe sobre segurança contra incêndio e pânico. Determina que ficam isentas de sistemas preventivos as edificações residenciais de, no máximo, três pavimentos e com área construída de 900,0m².

Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio  
II. Aspectos Legais

Âmbito	Aspecto Legal	Data de publicação	Assunto	Disposição
Estadual	Decreto nº 897	21/09/1976	Segurança contra incêndio e pânico	Regulamenta o Decreto-Lei nº 247, de 21 de julho de 1975, que dispõe sobre segurança contra incêndio e pânico.
Estadual	Decreto nº 3.800	20/04/1970	Urbanização	Aprova os regulamentos complementares à Lei do Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara.
Estadual	Decreto nº 22.872	28/12/1996	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Aprova o regulamento dos serviços Públicos de Abastecimento de água e Esgotamento sanitário do estado do Rio de Janeiro, a cargo das concessionárias ou permissionárias.
Estadual	Decreto nº 40.156	17/10/2006	Uso de Água Superficial e Subterrânea	Estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para a regularização dos usos de água superficial e subterrânea, bem como, para ação integrada de fiscalização com os prestadores de serviço de saneamento básico, e dá outras providências.
Municipal	Lei Orgânica da Cidade do Rio de Janeiro	05/04/1990	Política Urbana	A política urbana tem como objetivo fundamental a garantia de qualidade de vida para os habitantes, nos termos do desenvolvimento municipal expresso nesta Lei Orgânica.
Municipal	Lei n.º 613	11/09/1984	Plantio de Mudas	Dispõe sobre a obrigatoriedade de plantio de mudas de árvores nas áreas de edificação e loteamento do Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Municipal	Lei n.º 971	04/05/1987	Área de Proteção Ambiental	Institui a área de proteção ambiental (APA) composta pelos logradouros que menciona, e dá outras providências. Institui a APA dos bairros Santo Cristo, Gamboa, Saúde e Centro.
Municipal	Lei n.º 1.243	19/05/1988	Urbanização	Declara "non aedificandi" as áreas que menciona e dá outras providências.
Municipal	Lei n.º 1.406	08/06/1989	Urbanização	Veda nas edificações residenciais multifamiliares a construção de unidades com sala e quarto unificados em um só compartimento.
Municipal	Lei n.º 1.606	27/08/1990	Urbanização	Dispõe sobre terrenos não edificados e dá outras providências.
Municipal	Lei n.º 1.654	09/01/1991	Urbanização	Dispõe sobre as edificações coladas nas divisas nos termos do artigo 448 da Lei orgânica do Município, define exceções que esta admite, e dá outras providências.

Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio  
II. Aspectos Legais

Âmbito	Aspecto Legal	Data de publicação	Assunto	Disposição
Municipal	Lei nº 2.236	14/10/1994	Urbanização	Define as condições de uso e ocupação do solo da Área de Especial Interesse Urbanístico da II Região Administrativa – Centro, criada pelo Decreto n.º 12.409, de 9/11/1993, estabelece medidas para a revitalização do Centro da Cidade e seu entorno, e dá outras providências.
Municipal	Lei n.º 3.268	29/08/2001	Poluição Sonora	Institui no Município do Rio de Janeiro as condições básicas de proteção da coletividade contra a poluição sonora na forma desta lei.
Municipal	Lei Complementar nº16	04/06/1992	Plano Diretor Decenal	Dispõe sobre a política urbana do município, institui o plano diretor decenal da cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Municipal	Lei Complementar nº 22	09/06/1993	Urbanização	Institui o Programa Municipal de Obras e Adequação e/ ou Complementação dos Edifícios Públicos e dos espaços mobiliários urbanos ao uso e circulação de pessoa portadora de deficiência e dá outras providências.
Municipal	Lei Complementar n.º 31	14/07/1997	Urbanização	Dispõe sobre a regularização de obras de construção, modificação ou acréscimo já executadas em edificações que contrariem as normas urbanísticas e edilícias vigentes, na forma e nas condições que menciona.
Municipal	Lei Complementar n.º 33	28/11/1997	Urbanização	Altera o artigo 47 do Regulamento de Construções e Edificações do Decreto “E” nº 3.800/70 e dá outras providências.
Municipal	Lei Complementar nº 73	29/07/2004	Urbanização	Institui o PEU São Cristóvão, Projeto de Estruturação Urbana dos bairros componentes da VII Região Administrativa-São Cristóvão/UEP 05 e dá outras providências.
Municipal	Lei Complementar nº 98	22/07/2009.	Urbanização	Dispõe sobre os terrenos remanescentes das desapropriações para implantação da Linha 1 do Sistema Metroviário declarados “Áreas de Especial Interesse Urbanístico”, de acordo com a Lei nº 2.396, de 16/01/1996, e dá outras providências.
Municipal	Lei Complementar nº101	23/11/2009	Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio	Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências.
Municipal	Lei Complementar nº102	23/11/2009	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio	Cria a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro –CDURP e dá outras providências.

Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio  
II. Aspectos Legais

Âmbito	Aspecto Legal	Data de publicação	Assunto	Disposição
Municipal	Decreto nº 322	03/03/1976	Urbanização	Aprova o Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro.
Municipal	Decreto n.º 1.269	27/10/1977	Urbanização	Aprova o Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro (PUB-RIO).
Municipal	Decreto nº 5.146	10/06/1985	Urbanização	Altera o Decreto n. 4.912, de 28/12/84, que dispõe sobre a identificação, o fechamento, a limpeza e a conservação de terrenos não edificados e a construção de passeios.
Municipal	Decreto nº 5647	30/12/1985	Urbanização	Altera o Decreto n.º 5281, de 23 de agosto de 1985, que simplifica normas e critérios para construção e aceitação de edificações residenciais unifamiliares.
Municipal	Decreto n.º 7.336	05/01/1988	Urbanização	Aprova o regulamento de Construções de Edificações Residenciais Multifamiliares.
Municipal	Decreto n.º 7.351	14/01/1988	Área de Proteção Ambiental	Regulamenta a Lei nº 971 que instituiu a Área de Proteção Ambiental (APA) em parte dos bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa e Centro.
Municipal	Decreto n.º 7.612	5/06/1988	Área de Proteção Ambiental	Dispõe sobre a decretação de áreas de proteção ambiental na cidade do Rio de Janeiro.
Municipal	Decreto n.º 8.272	19/12/1988.	Urbanização	Aprova o Regulamento de Construção de Edificações de Uso Comercial e de Uso Comercial Misto.
Municipal	Decreto n.º 9.287	23/04/1990	Urbanização	Aprova os Regulamentos de Limpeza Urbana e de Controle de Vetores do Município do Rio de Janeiro.
Municipal	Decreto nº 10.040	11/03/1991	Urbanização	Estabelece as condições relativas ao Regulamento de Zoneamento para a Zona Especial 8 (ZE-8) – Cidade Nova, na III Região Administrativa, cria as Áreas de Proteção Ambiental (APA) da Vila Operária da Cidade Nova e do Catumbi e dá outras providências.
Municipal	Decreto n.º 10.082	27/03/1991	Esgotamento Sanitário	Institui o sistema de esgotamento sanitário do Município do Rio de Janeiro, regulamenta a Lei n.º 1.631 de 31 de outubro de 1990, e dá outras providências.
Municipal	Decreto n.º 11.860	23/12/1992	Urbanização	Cria e delimita a Área de Especial Interesse Urbanístico da Zona Portuária e dá outras providências.
Municipal	Decreto n.º 12.409	09/11/1993	Urbanização	Cria e delimita a Área de Especial Interesse Urbanístico da II RA – Centro.
Municipal	Decreto nº 13.601	13/01/1995	Urbanização	Declara o entorno da Estação D. Pedro II Área de Especial Interesse para a Cidade.



Âmbito	Aspecto Legal	Data de publicação	Assunto	Disposição
Municipal	Decreto n.º 14.226	25/09/1995	Área de Proteção do Ambiente Cultural	Modifica o Anexo 8 do Decreto n.º 7.351/88. Exclui da listagem de bens preservados constante do Anexo 8 do Decreto n.º 7.351, de 14/01/1988, as edificações de números 227, 229, 231 e 235 da Av. Marechal Floriano.
Municipal	Decreto n.º 15.962	30/07/1997	Urbanização	Estabelece os fatores de correção para a contrapartida da legalização. Regulamenta a aplicação da Lei Complementar n.º 31, de 14/07/1997.
Municipal	Decreto n.º 22.872	07/05/2003	Arqueologia	Cria a Obrigatoriedade da Pesquisa Arqueológica nas Obras de Intervenção Urbana.
Municipal	Decreto n.º 22.873	07/05/2003	Arqueologia	Cria a Carta Arqueológica do Município do Rio de Janeiro.
Municipal	Decreto n.º 23.226	30/07/2003	Urbanização	Estimula o uso residencial e misto nas Áreas Central e Portuária da Cidade e sua periferia imediata.
Municipal	Decreto n.º 23.317	10/07/1997	Gás Canalizado	Aprova o regulamento aplicável às instalações de gás canalizado e à medição e faturamento dos serviços de gás canalizado.
Municipal	Decreto n.º 24.420	21/07/2004	Área de Proteção do Ambiente Cultural	Cria a APAC do Entorno do Mosteiro de São Bento, no Centro, I R. A. e dá outras providências.
Municipal	Decreto n.º 24.919	2/12/2004	Urbanização	Dispõe sobre o uso dos imóveis que menciona.
Municipal	Decreto n.º 26.712	11/07/2006	Urbanização	Determina o tombamento provisório dos bens que menciona.
Municipal	Decreto n.º 26.852	8/08/2006	Urbanização	Cria e delimita a Área de Especial Interesse da Região Portuária do Rio de Janeiro para fins que indica, entre outras providências.
Municipal	Decreto n.º 26.912	22/08/2006	Urbanização	Regulamenta o Licenciamento Ambiental, a Avaliação de Impactos Ambientais e o Cadastro Ambiental Municipal e dá outras providências.
Municipal	Decreto n.º 30.610	15/04/2009	Urbanização	Dispõe sobre a concessão de licenças na Área Portuária do RJ.
Municipal	Decreto n.º 531	20/08/1976	Urbanização	Estabelece uniformidade em altura para os prédios da Avenida Marechal Floriano, no trecho que menciona. Para os prédios situados na Avenida Marechal Floriano entre as Ruas do Acre e Visconde da Gávea, a altura máxima será de 60,8m.

Âmbito	Aspecto Legal	Data de publicação	Assunto	Disposição
Municipal	Decreto nº 40.793	05/06/2007	Licenciamento Ambiental	Disciplina o procedimento de Descentralização da fiscalização e do Licenciamento ambiental mediante a celebração de convênios com os Municípios do estado do Rio de Janeiro que possuam órgão/entidade Ambiental competente devidamente estruturado e equipado e dá outras providências.
Municipal	Decreto nº 40.980	15/10/2007	Fiscalização Ambiental	Dá nova redação aos arts. 1º, 3º e ao título do anexo do decreto nº. 40.793 de 05 de junho de 2007, que disciplina o Procedimento de descentralização da Fiscalização ambiental mediante a celebração de convênios com Municípios do Estado do Rio de Janeiro e determina outras providências.
Municipal	Ato das Disposições Constitucionais (Art. 93)	05/04/1990	Área de Proteção Ambiental	Institui a Área de proteção ambiental e Recuperação Urbana da Ponta do Caju, a qual será objeto de atenção especial do Poder Público, na forma que a lei dispuser.